

Primeiro grau terá mais proteção

O governo vai investir pelo menos R\$ 300 anuais por cada aluno da rede pública de primeiro grau, se for aprovada proposta de emenda constitucional nesse sentido, que encaminhou ao Congresso.

“Com esse projeto, assegura-se uma vinculação permanente de cerca de R\$ 12 bilhões por ano ao ensino fundamental”, avalia o informe de 1995 do Ministério da Educação.

O motivo da proposta, apresentada propositalmente em outubro, no Dia do Professor, foi a insatisfação do governo federal com a atuação de estados e municípios no repasse constitucional — eles são obrigados a aplicar

pelo menos 25% de suas receitas em educação.

“Mas, ela também estabelece critérios para distribuir esse dinheiro que não têm nada a ver com educação”, critica o ministro Paulo Renato.

Fundo — Além de buscar “estabelecer com clareza competências e mecanismos de repasse de recursos”, como está no *Mãos à Obra, Brasil*, a proposta do governo cria o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Professor.

Esse fundo vincula ao ensino fundamental 15% da arrecadação de estados e municípios. E também desti-

na aos professores 60% dos R\$ 300 anuais previstos para investimento por aluno — o equivalente a R\$ 25 mensais.

“A proposta não é estabelecer um piso salarial. Até porque, seria uma ingerência na política de estados e municípios, mas fazer as regras para estabelecer o salário”, afirma Rui Berger Filho, diretor de Desenvolvimento Educacional, do MEC.

Rui acredita que o tamanho da rede vai ter que ser proporcional ao número de professores. “Se não ocorrer, o problema é de gerenciamento. Então haverá mais pessoal do que o necessário”, garante.